

AIRES ALI FALA DO SEU PERCURSO, DA SITUAÇÃO DO GOVERNO E DO FUTURO QUE LHE ESPERA

A governação não se faz em termos

ALMEIDA OLIVEIRA

Em exclusivo ao ZAMBEZE, o novo Primeiro-Ministro de Moçambique, nomeado em meio a muitos cícios e contra uma propaganda de vulto que se fazia em relação à figura da sua antecessora, Luísa Diogo, diz que a governação não se faz em termos comparativos, vincando que não lhe interessa o facto de algumas pessoas tentarem minimizar as suas capacidades. Nestas linhas, Aires Ali conta o seu percurso, é forçado a reagir a pronunciamentos de alguns círculos de opinião, e promete continuar a fazer uma governação fora do seu gabinete, devido a razões afloradas mais abaixo. Eis, fio a fio, o teor desta conversa.



Que avaliação faz dos primeiros 100 dias em que se encontra na posição de Primeiro-Ministro, o principal conselheiro do Chefe do Estado em matéria de governação?

Os 100 dias de governo foram muito bons, se olharmos para o que vem acontecendo: o país sentiu que tem um governo de facto e que este está no terreno e presente em todas as áreas. Provavelmente no início do mandato algumas pessoas tenham ficado receosas e atentas a ver como reagiria cada governante, mas esse sentimento, se existiu, dissipou-se rapidamente porque os membros do governo puseram-se no terreno a trabalhar.

Tudo isto, na minha óptica, foi possível graças à dinâmica que o Chefe do Estado imprimiu logo após a tomada de posse do actual governo. Logo depois da cerimónia de tomada de posse todo o governo moveu-se imediatamente da Ponta Vermelha para a sala de sessões do Conselho de Ministros, onde o Presidente da República deu as orientações principais, ordenando que era preciso acelerar o passo.

Cabia a mim, como Primeiro-Ministro, garantir que as decisões e orientações do Chefe do Governo fossem implementadas de uma maneira criativa e inovadora. E eu sinto que os meus colegas ministros estão a fazer o seu trabalho muito bem. É assim que em termos de legislação mexemos em alguns aspectos muito importantes, sobretudo nas questões agrícolas que são a nossa prioridade; analisamos os concursos e procuramos, acordos sobre a utilização do nosso espaço aéreo; lançamos projectos importantes como é o caso do contrato para o início das obras de ampliação do Aeroporto de Nacala; em menos de trinta dias visitamos todas as províncias, distritos.

Dum modo geral, digo que o nosso desempenho nos nossos 100 dias é positivo. O relacionamento com a AR é bom. Fazemos passar instrumentos importantes como o PES, o Plano Quinquenal do Governo e a Conta Geral do Estado. Sentimos uma postura de respeito mútuo entre o Governo e a Assembleia da República, e isto deixa-nos felizes.

Sendo a primeira vez que dirige o Executivo, como é que faz o controlo e coordenação das actividades dos ministros?

Olha, a minha experiência revela-me que cada cargo ou função é sempre uma realidade nova que tenho de enfrentar. É verdade que levo uma experiência anterior, mas ela funciona apenas como uma referência. É como no futebol, cada golo que o jogador marca há-de sempre ser diferente dos outros que tenha marcado anteriormente. É nesta linha que encaro o desafio de governação.

Que referência é que no seu actual cargo repassa do seu percurso?

A experiência que tive anteriormente está a contar muito na minha carreira. E nesse sentido sinto-me, de facto, privilegiado pelo facto de ter começado por ser director de uma escola. Aprendi muito quando assumi este cargo, sobretudo porque a escola é uma unidade de funcionamento social muito complexa e que exige

muito. Há muito detalhe, muito sentido de organização, muitas vezes tens de resolver problemas, e aprende-se muito.

O facto de ter sido director provincial, durante nove anos, permitiu-me analisar o funcionamento do governo a partir de uma Direcção base provincial, aprender o que é um governo, um território, saber lidar com um dirigente como o governador. Isto foi-me muito útil.

E depois veio a ser ministro da Educação e Cultura...

É! Tive a sorte de mais tarde passar a ocupar o cargo de Governador provincial em duas províncias. Depois fui nomeado ao cargo de Ministro da Educação e Cultura, que foi uma excelente oportunidade para analisar e ver a governação sob o ponto de vista sectorial, interagir com outros colegas também ministros, aprendendo a discutir assuntos numa área social às vezes não muito bem compreendida, mas que exigia uma interacção com muitos sectores, com exiguidade de fundos e muita exigência. Tudo isto contando com um líder exigente como o é o Presidente

Armando Emilio Guebuza, mas com uma visão clara do que se pretendia alcançar.

Estava, por outro lado, perante o desafio de dirigir uma área que constitui a paixão do Presidente da República. O nosso Presidente foi um dos fundadores da Educação e Cultura do nosso Estado, sob o ponto de vista institucional, e isto ajudou-me bastante a criar uma base mais sólida, daí que tenhamos tido o sucesso que registamos. No entanto, como disse, cada cargo que assumo é sempre uma nova experiência.

De tal forma que quando me convidam a assumir o cargo de Primeiro-Ministro quase que cai de costas. O desafio foi e é este: saber tirar as ilações da experiência que tenho e adaptá-las à realidade. Difícil é, mas também há vantagens. Difícil porque conto com ministros que já foram meus colegas quando eu era ministro. Alguns deles já eram ministros quando eu era governador, outros são novos no governo. É preciso, portanto, conciliar estas realidades para que tudo corra bem.

plesmente acharem que elas são fáceis. Para mim, isto é um mau prenúncio, mas felizmente são poucos os casos desta natureza. Aliás, eu tento pegar isto como sendo um motivo, um encorajamento para poder avançar ainda mais. Quando Sua Excia. o Presidente da República convidou-me para esta tarefa, fiquei num misto de admiração, respeito, mas também um grande sentido de responsabilidade. Estava à espera de ser reconduzido ou desempenhar outras tarefas e nunca vir a ser Primeiro-Ministro. Mas o próprio Presidente disse que tinha certeza das minhas capacidades.

Na verdade, nunca coloquei este desafio em termos comparativos, no sentido de dizer que vou ser melhor que esta ou aquela pessoa. Em qualquer das minhas tarefas devo confiar nas minhas capacidades, posso ter referência do trabalho realizado pelos meus antecessores, sobretudo na experiência colectiva da instituição e caminhar.

Eu mesmo disse que as pessoas estão livres de fazer as comparações que quiserem fazer, mas não posso guiar-me com base nisso. Tenho que agir com base no que sei, saber o que o Presidente e a Nação esperam de mim e encontrar em cada momento a melhor estratégia e a melhor forma de trabalhar.

E a sua nomeação não pode ter algo a ver com a manutenção do equilíbrio étnico-regional?

(Risos) A oportunidade de ter sido nomeado director de escola ajudou-me muito a ter uma visão nacional das coisas. Eu assumo a minha primeira responsabilidade social em 1974, em pleno período de transição. Eu frequentava o Liceu António Enes e nesse ano havia, pela primeira vez, um grupo grande de negros que concluíam o sétimo ano. Nessa altura já discutíamos mais ou menos abertamente a questão da independência e do apoio à FRELIMO.

Já havia pequenos núcleos, embora clandestinos ainda. Faziam parte do nosso grupo os camaradas Oldemiro Baloí (actual Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação), Juliano Maria, Mário Mangaze e outros. Este grupo escolhe a mim para dirigi-lo para mais tarde poder fazer a ligação entre o mesmo e a FRELIMO.

Que idade tinha por essa altura?

Andava entre os 17 e 18 anos de idade. Nunca ninguém levantou a questão de que tinha sido escolhido por ser do norte do País. Aliás, por essa altura já tínhamos capacidade de entender os processos entre nós. Antes disso eu tinha sido chefe de turma em quase todos os anos do liceu.

Mais tarde sou nomeado secretário do grupo dinamizador. Quando me nomeiam como governador e mais tarde como

ministro nunca entendi que isso devia-se ao facto de eu ter nascido nesta ou naquela região. Devo dizer que tive a sorte de ter trabalhado em vários cantos deste país e em todos eles senti-me muito bem integrado.

Comecei pela Escola Secundária da Manyanga, fui director provincial de Educação de Maputo (entre 1976 e 1979), onde deixei uma saudade enorme; fui a Nampula onde fiquei 7 anos como director provincial de Educação e Cultura; aqui também fiz um trabalho histórico, tive muita simpatia e fiz muita amizade que até hoje sinto que Nampula é também minha casa; fui a Inhambane e a história repetiu-se de tal forma que há pessoas até hoje que acreditam que sou natural de Inhambane e não do Niassa.

Portanto, quando algumas pessoas dizem que estou neste cargo por ser desta ou daquela província ou região do país, eu deixo isso ao critério delas. Eu sinto-me apenas moçambicano e em nenhum momento passa-me pela cabeça que estou aqui por ser daquela região.

Aliás, se fosse esse o critério é claro que existem muitas outras pessoas do Niassa. Também não acho que os camaradas Mário Machungo, Pascoal Mocumbi e Luísa Diogo tenham sido escolhidos com base em critérios de representatividade regional.

Portanto, esse argumento que essas pessoas apresentam não só é falso como também é incorrecto. Não podemos construir o nosso País com base em regionalismos e outras visões. É uma análise perigosa e deficiente. Temos que ver as pessoas com base, sobretudo, na sua qualidade, porque as competências e a capacidade técnica podem ser adquiridas na procura constante de entender e dominar diversas áreas. Eu sinto-me à vontade e sem qualquer problema.

O Primeiro-Ministro adoptou um método de trabalho baseado na interacção directa com as massas e com os diversos sectores, fazendo actividades muitas vezes fora do seu gabinete. Porque é que optou por este método?

(Risos...) É minha forma de trabalhar. Se apreciar com algum cuidado há-de constatar que mesmo durante os 5 anos que estive na Educação e Cultura sempre andei fora do gabinete. É o mesmo que fiz quando governador. É que uma das coisas que aprendi com os meus dirigentes da FRELIMO foi o método de trabalho baseado no contacto permanente com as pessoas e com a realidade. É muito mais fácil encontrar soluções no terreno do que estando a fazer grandes exercícios no gabinete. O raciocínio é necessário, de facto, mas é preciso que haja compatibilização com a realidade.

Por exemplo, achei importante acelerarmos a questão das tarifas sobre os regadios, depois de eu ter ido para lá visitar. Dialoguei com as pessoas e estas reclamaram o facto de estar a pagar taxas elevadas calculadas com base no equipamento que foi instalado, mas que não estavam a usar tal equipamento. Quando discuti o assunto com os meus colegas concluímos, de facto,

comparativos

que a realidade era outra.

Agora estamos a discutir a revisão do código de estrada, por exemplo, e ao invés de ficar fechado no meu gabinete fui visitar o INAV, a Polícia de Trânsito, dialoguei com os técnicos, ouvi a sociedade civil na rua. Agora tenho elementos que me permitem discutir com os meus colegas ministros sobre esse assunto. Se quero falar da indústria, tenho que ir ao terreno ver a realidade.

De igual modo, se quero promover o desenvolvimento do ensino técnico profissional tenho que visitar as instituições de ensino. Há coisas que eu decidi na altura em que era ministro ou presidente da Comissão da Reforma do Ensino Técnico, e que devo ir ao terreno ver como se reflectem na escola.

Afinal, é trabalho do Primeiro-Ministro assegurar o cumprimento das orientações de base, do Presidente da República como Chefe do Governo, das decisões tomadas, e isso só se faz estando na rua e não ficar apenas no gabinete a orientar reuniões.

Sem querer fazer comparações, este método de trabalho foi usado pelo Primeiro Governo da FRELIMO, mas conheceu um interregno no período do Presidente Chissano. A FRELIMO terá feito algum estudo e chegado à conclusão de que vale a pena voltar ao mesmo método dos primeiros anos da independência?

Não há mais outro estudo. Está aí a presidência aberta e inclusiva: o Presidente Armando Emílio Guebuza está no terreno a constatar os problemas e a servir de capitão da sua equipa. Eu, como disse, sempre aprendi da FRELIMO que este é que é o melhor método de trabalho e dentro desta política sinto-me um peixe na água.

Neste momento devo garantir que para aquelas orientações que o Presidente deixa nas províncias e nos distritos se encontram formas inovadoras, criativas, para acelerar o avanço dessas decisões e até trazer novos problemas. O ministro, o director nacional e provincial também devem ir para o distrito e na reunião do balanço estaremos juntos a discutir o País real.

Mas no seu método brota uma sensação de estar a ofuscar os poderes ministeriais.....

Não! Não há nada disso. Os níveis de responsabilidade estão bem definidos. A minha missão é coordenar os vários sectores, a responsabilidade individual de cada ministro, mas este tem de cumprir as orientações do Presidente da República e tem que saber que há monitoria, supervisão, avaliação e acompanhamento de todo o trabalho. Esta missão cabe ao Primeiro-Ministro. Por isso que visito e vou visitar todas as áreas, pois para isso tenho mandato do Chefe do Estado. É por isso também que dirijo algumas sessões do Conselho de Ministros. Portanto, não vejo qualquer ofuscação em nenhum momento.

Nós trabalhamos como uma equipa e como tal nenhum ministro sente-se ofuscado. Nalgumas vezes, aliás, são os próprios ministros que me convidam a visitar os seus sectores, e isso é bom.

O Presidente da República, por exiguidade de tempo, já não precisa fazer esse trabalho porque tem um Primeiro-Ministro que pode fazê-lo.

Como tem sido a articulação de todos esses mecanismos de trabalho?

Há uma perfeita articulação entre eu e os ministros e temos mecanismos bons de articulação com o Presidente da República. Portanto, estão erradas as pessoas que acham que estou a ofuscar outros poderes. Eu vou continuar a visitar todos os sectores para compreendê-los. É que se o ministro da Saúde quer discutir comigo sobre um assunto do seu sector, por exemplo, eu devo antes visitar alguns hospitais e posso até visitar o Ministério da Saúde. Como é que um Primeiro-Ministro não sabe como estão estruturados os ministérios?

Este é o último mandato do Presidente Guebuza, ele que inaugurou a nova era no que diz respeito aos desafios mais importantes da nação. O que é que deve ser alcançado até ao fim deste mandato?

O nosso Presidente da República tem o condão de ter lançado um grande desafio para a sociedade e para o país que algumas pessoas ainda não estão a conseguir interpretar correctamente.

Ele quer dar a entender que chegou o momento da transição, da viragem. Libertamos o País, somos independentes, hasteamos a nossa bandeira, temos a nossa soberania, estruturamo-nos como Estado, existimos como governo e estamos a funcionar. Agora é preciso eliminarmos a pobreza, darmos um salto nesse sentido. Ele insiste que é preciso lutarmos e acreditar que é possível eliminar a pobreza.

Esse é um pensamento profundo que nem todos nós alcançamos ainda a verdadeira dimensão. Nós somos de facto a geração da viragem e se quisermos deixar de ser pobres temos que trabalhar para que isso aconteça. Este é o ponto fundamental e nós temos que assumir.

O que nós temos como objectivos nesta política é em primeiro lugar a mudança no modo de pensar e de estar das pessoas. A auto-confiança e determinação require um exercício que leva tempo, mas tem que ser assumido, antes de tudo, o resto há-de seguir por si. O Presidente da República é muito contudente neste aspecto. Quando tu apresentas um problema, antes de tudo ele questiona qual é a solução, a saída. Ele obriga-nos a pensar a todo o momento. Aqui entra a questão da valorização dos nossos heróis e da nossa história, para que as pessoas saibam ou se lembrem de onde viemos.

Por outro lado, temos um Estado mais dinâmico e proactivo, que luta pela criação de um ambiente económico cada vez mais favorável. E em alguns aspectos a nossa gestão tem que ser de tipo empresarial, para acompanhar esse desenvolvimento.

É que está provado que para sermos competitivos na nossa região não devemos andar a um ritmo lento tal como andamos agora, nem devemos não entender qual é a vantagem de um determinado investimento ser feito agora, como tratar o inves-

tidor, como puxar aquele que está na base e dar-lhe algum dinheiro para iniciar um negócio. Estes são elementos fundamentais para se dar um salto, mas é um processo face ao qual surgirão outros desafios.

É por isso que a formação da pessoa é o elemento mais importante.

Certo! No domínio de valores e aliado ao factor histórico de que acabou de falar há duas realidades conflituosas, sob o ponto de vista de análise no nosso país. Uns acreditam que temos uma crise de valores e outros entendem que o que há é apenas uma crise da sua teorização e divulgação. Neste aspecto, o que é que fez como ministro da Educação e Cultura e como olha para esta realidade agora como Primeiro-Ministro?

Yá, eu penso que estamos a fazer muito, tomando em conta os momentos difíceis que nós vivemos no passado. Nós fomos vítimas de um processo dirigido, eu diria uma destruição não só física, mas sobretudo social e cultural que criou uma destruturação de valores. Isto não aconteceu por acaso, há estudos feitos, e eu penso que devíamos aprofundá-los, sobre as consequências, por exemplo, da integração de crianças vítimas da guerra. A guerra que nós sofremos não foi uma guerra simples. Ela foi preparada em laboratórios, definiu-se claramente os objectivos e nós ainda não estudámo-la o suficiente para a entendermos, sobretudo as suas consequências.

Hoje estamos como que num caos, mas um caos que foi criado. Portanto, é preciso termos muita serenidade, calma, sobretudo clareza nos objectivos. Essa é uma das coisas que o nosso Presidente nos traz, quando diz que vamos priorizar a nossa auto-estima, a educação, a cultura.

Eu considero-me privilegiado por ter sido ministro da Educação e Cultura. Todos os grandes movimentos de massas que tinham sido programados visando resgatar a cultura tiveram lugar: os festivais, a valorização dos heróis, a comemoração das datas nacionais. Pela primeira vez colocamos todos os moçambicanos, independentemente das suas cores políticas, a falarem da nossa História. Conseguimos, através do Presidente Guebuza, termos comícios de moçambicanos e não de partido, incluindo confissões religiosas, todos com direito a palavra.

Isto tudo é uma estratégia de irmos contrariando esta acção programada que visava destruir o sentido histórico de Nação. Hoje já é um assunto nacional, um debate em vários segmentos: nas universidades, nos media, etc. As pessoas já têm a consciência de que temos que conhecer a nossa história. Este é o primeiro passo e vamos continuar a investigar. Infelizmente alguns dos protagonistas estão a desaparecer fisicamente, mas se este princípio ficar assente em todos nós havemos de procurar as coisas e encontrá-las.

Há monumentos de soldados desconhecidos, mas que têm que ser erguidos. Quantas pessoas morreram na luta, que são verdadeiros heróis, mas que não



temos registos nem local para homenageá-las?! Este país tem que ter um momento para se dedicar a isso.

Nós visitamos recentemente o Arquivo Histórico e constatamos que há muita fotografia não catalogada e quase que perdida, que ilustra vários momentos de luta de libertação, incluindo os mais difíceis. O que é que o governo pensa e faz deste tão valioso material, que pode revelar alguns heróis?

Nós não só pensamos, como também já orientamos. Podemos fazer isto em um ano, mas temos dificuldades nos recursos. A história que nós temos é uma história que vai sendo montada, decifrada durante vários anos. O que devemos fazer é assumir que este material existe e não destruí-lo.

Temos que preservá-lo. Quando ficamos independentes deviaríamos ter dois ou três historia-

dores nacionais, mas hoje temos um número ainda insuficiente mas razoável. Só que estes historiadores têm várias áreas de actuação.

Eu penso que alguns deviam aceitar e assumir o desafio de que a sua tarefa é contar histórias. E em cada momento não sei quanto perdemos pelo tempo que passa.

Há pouco tempo fui a Negomano, saindo de Mocimboa da Praia, e tive a sorte de viajar com o General Alberto Chipande, na mesma viatura. Em cada dois ou três metros ele tinha um episódio da nossa história a contar.

Dizia, apontando para os lugares: passei por aqui quando fugi para Tanzania; parei naquele riacho para beber água; o presidente caiu doente e tivemos que tratá-lo naquele lugar; naquela zona travamos combate com os portugueses porque andavam à procura de água e esta estava do

nosso lado; etc.

Está aqui um herói vivo. Um historiador tem que ter a oportunidade de ouvi-lo. Ele tem dados históricos de daqui a 50 anos serão valiosíssimos. E nós estamos a desperdiçar o tempo de rever a nossa história. Na verdade, são poucos os países no mundo que têm o privilégio de ter feito uma epopeia histórica como a nossa: pegar em armas nas condições em que estávamos, com muita dificuldade e atraso no campo académico e económico, e vencer o colonialismo. Isto tem que ser exaltado. Somos heróis e temos que contar isso.

Este é o desafio para os nossos historiadores. Nós jovens temos essa responsabilidade histórica de valorizar os feitos da geração de 25 de Setembro. É história única e maravilhosa. Mais nenhuma geração vai ter a oportunidade de fazer algo igual.

HARPAS E FARPAS

Um país zarolho

O título é relativo a uma conclusão a que cheguei numa dada conversa. Quando vivemos a cultura de sabermos que os dirigentes são uns autênticos trapaceiros do que não fazem, e não temos a coragem de lhes cortar a língua é triste. Sabendo do caminho recto, comportam-se como estrábicos. A culpa deve ser imputada a quem? Ao povo panhonho.

Foi dia 1 de Junho da criança, e lembrei de um destes imodestos momentos de criação que escrevi o poema intitulado "Menino de Junho" que "neste dia primeiro de Junho/ vos saúdo menino de invios caminhos do meu país/ despassarado tecto de vento/ abortado numa maca de lar."

Veja que podem ser os tais versos que me inspiraram a titular. Ao referir de invios caminhos é da sensação que os nossos grandes têm uma estrutura oblíqua de ver. Como se dizia usualmente nas nossas brincadeiras de criança que um estrábico tem olhos contra o governo. Que absurdo que os sucessivos governos chegam ao cúmulo de contrariar as suas próprias decisões.

Decorreu a semana comemorativa do Dia de África, que pode ser uma observação que o nosso conceito de identidade e assumpção devia ser atirado na poça das trevas.

A antiga primeira-ministra do governo disse que o desenvolvimento do sector agrícola passava pela criação de infra-estruturas. Quer dizer que as fábricas do Madal e outras foram destruídas de forma? Durante o seu pontificado de governação, quanto ananás apodreceu em Muxúngue que devia ser processado se não fosse a forma como largou-se parques industriais, da Matola, Beira e outros com a mafia de admitir outras indústrias manufacturerias para os tipos do poleiro beneficiarem de 20%.

É triste o que vi à chegada de Mart Nooi, deixou-me espantado. Aí o culto, a maneira inculta de acostumar que brancos é que produzem milagres.

O mais chato é quando a Polícia declara guerra a All Capones. A Polícia é que cria o próprio veneno e combate de forma absurda. Até quando um outro inimigo público número um, como John Dillinger, para nos divertirem ao jogo de cowboyadas, como nos filmes de Trinitá.

Nem tudo vai bem, como muita gente tem afirmado no Sinistério dos técnicos do bisturi e das garridas batas brancas. Dizem que o ambiente que se respira não é saudável, é de asfixia.

Essa de mandar para o olho da rua uma directora de centro de saúde tem palha de uma medida popular de palhaçada.

Amin Nordine